

Reserva Sararé sob ameaça de invasão

■ Cerca de 400 garimpeiros já estariam acampados a três quilômetros da reserva dos índios Sararé

Indigenistas de Mato Grosso estão preocupados com a possibilidade de a reserva indígena Sararé, no município de Pontes e Lacerda, voltar a ser invadida por garimpeiros. Há dois anos, policiais tiveram que ser deslocados à área para retirar mais de cinco mil pessoas. A ameaça de nova invasão ocorre em função da movimentação de garimpeiros na área de entorno da reserva.

O administrador regional da Funai, Afonso dos Santos, alertou durante a semana que o risco é real porque existiam mais de 400 garimpeiros trabalhando no "garimpo da viúva", a cerca de três quilômetros das terras indígenas. "A preocupação maior é que este número pode multiplicar em questão de dias", alertou Santos.

A movimentação para impedir uma nova invasão da reserva, na verdade, começou a ganhar força nos últimos dias quando o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) passou a admitir a possibilidade de rever a Resolução nº 15, de agosto de 1992, que suspendeu as Licenças de Operação (LOs) e Instalação (Lis) num



Os índios enfrentam outro grande problema, a intrusão de madeireiros nas suas terras

raio de 10 quilômetros entorno da reserva. Pela Resolução, as licenças só seriam concedidas acompanhadas de Relatórios de Impactos Ambientais (Rima) e Estudos de Impactos Ambientais (EIA).

Na última reunião do Consema, a pedido da cooperativa de garimpeiros que está na área, decidiu-se nomear uma comissão para avaliar a possibilidade de suspender a Resolu-

ção. Membros do próprio Conselho admitem que são grandes as possibilidades de se acabar com as restrições para exploração da área. "Nós até aceitamos discutir a questão, mas há necessidade de se definir critérios que impeçam uma nova invasão da reserva indígena", avisam técnicos da Funai.

O assunto é polêmico porque a decisão do Consema foi fundamental para garantir a re-

tirada total dos cinco mil garimpeiros que invadiram a reserva Sararé, em 1992. A desintrusão foi uma das condições básicas impostas por organizações internacionais para viabilizar a aprovação do Programa de Desenvolvimento Agroambiental (Prodeagro), responsável por uma "injeção" de mais de US\$ 200 milhões em projetos de desenvolvimento sustentado no Estado.

A cooperativa de garimpeiros alega que não há nenhum amparo legal que impeça a exploração da área de entorno da reserva. "De forma organizada, tendo o reconhecimento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), não há base legal para impedir a livre iniciativa, prerrogativa básica prevista na Constituição", avalia um técnico, preferindo não identificar-se. Segundo ele, o Consema juridicamente não teria poderes para barrar a exploração da área. "É a legislação nacional que regula a atividade. Se a cooperativa quiser pode recorrer a justiça para garantir o direito sobre a área", avisa.

A Funai, pelo menos a princípio, não quer entrar no mérito jurídico do problema. Mesmo não admitindo oficialmente, há comentários de que o órgão poderia utilizar o próprio Prodeagro como mecanismo de pressão para impedir novos riscos de invasão. O assunto será discutido com maior profundidade na reunião do Consema do próximo dia 22, quando a comissão instaurada para avaliar a situação emitir o seu parecer.

190
367
152

5